

DISCIPLINA: Direito Digital	CH – total: 36h
SEMESTRE DE ESTUDO: Eletiva	
TURNOS: Matutino / Noturno	CÓDIGO: DIR214

1. EMENTA:

Introdução . Dados pessoais, Privacidade e Intimidade na Internet .Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet . Crimes Cibernéticos – Visão Geral. Evolução. Crimes em espécie. Novos paradigmas. Investigação de ilícitos cibernéticos. Aspectos Teóricos e práticos. Produção de prova em processos e procedimentos cibernéticos cíveis e criminais. Direito do Consumidor na Internet. Processo Judicial Eletrônico

2. OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao estudante uma visão geral do Direito Digital e a correlação com os demais ramos do direito, observando, para tanto, o impacto causado com o advento das tecnologias de informação nas relações jurídicas.

Fornecer conceitos básicos de informática familiarizando os alunos com os respectivos termos técnicos. Apresentar uma visão crítica sobre o uso das modernas tecnologias da informação e seu impacto na sociedade. Preparar o profissional do Direito para a utilização do computador e da informática nas atividades jurídicas. Identificar e apontar soluções para os principais problemas jurídicos surgidos com o uso crescente da tecnologia da informação.

Propiciar a compreensão científica dos institutos do Direito Digital, de sua história, sua evolução, seus fundamentos, sua atualidade e perspectivas e a importância de sua divulgação e aplicação profissional, verificando sua inserção num microsistema jurídico próprio. Valorizar o espírito crítico no estudo e manipulação dos temas e teorias ligadas à matéria. Priorizar, sempre que possível, o enfoque pragmático do estudo, de forma a capacitar os alunos a dar ou buscar solução eficaz, com os conhecimentos teóricos adquiridos. Capacitar os discentes a lidar com situações novas ou imprevistas, encarando o direito como garantia e como meio, e não como um fim em si mesmo.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fornecer conceitos básicos de informática familiarizando os (as) acadêmicos (as) com os respectivos termos técnicos;
2. Apresentar uma visão crítica sobre o uso das modernas tecnologias da informação e seu impacto na sociedade;
3. Preparar o profissional do Direito para a utilização das técnicas e da informática nas atividades jurídicas nos mais diversos ramos do Direito;
4. Identificar e apontar soluções para os principais problemas jurídicos surgidos com o uso crescente da tecnologia da informação;
- 5 -Enfatizar os benefícios que o uso da tecnologia trouxe à prática judiciária.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 - Introdução

- 1.1 – A evolução para uma sociedade digital.
- 1.2 – Mudança de paradigmas e crise de gerações.
- 1.3 – A consolidação de um Direito Digital.
- 1.4 - A história da Internet e sua arquitetura: IP, Logs, URL, DNS, Provedores de Conexão e Aplicações, Cloud computing.
- 1.5 –Deep Web/Darknet e Criptomoedas.

2 – Dados pessoais, Privacidade e Intimidade na Internet

- 2.1 - Espécies de dados : Armazenados (estanques), Fluxo (Em trânsito) e Metadados.
- 2.2 - Conceito de dados pessoais. Princípios e abrangência.
- 2.3 – Valor social, político e econômico dos dados pessoais. Novo conceito de privacidade.
- 2.4 – Modelo econômico do uso dos dados pessoais e seus limites legais. Termos de uso ou de Serviço.
- 2.5 – Direitos e garantias do usuários x atuação do Estado.
- 2.6 – A privacidade no Marco Civil e o direito ao esquecimento.

3 – Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet

- 3.1 – Conceitos e pressupostos da Lei.
- 3.2 – Neutralidade

3.2.1 - *Zero Rating* e *Traffic Shaping*. O embate legal.

3.3 – Liberdade de Expressão.

3.3.1 - Limites constitucionais e legais.

3.3.2 - Teoria da Harmonização dos Princípios.

3.3.3 - Discursos preconceituosos e Doutrina no *Shouting Fire*.

3.3.4 - Proteção Jurídica na reserva de jurisdição.

3.4 - Privacidade.

3.4.1 - Limites constitucionais e legais. Anonimato: direito x vedação.

3.4.2 - Obrigações impostas aos provedores de aplicações e de conexão.

3.5 - Responsabilidade Civil pelo conteúdo próprio e de terceiros à luz do Marco Civil e do CDC.

3.5.1 - Evolução da doutrina e a jurisprudência.

3.5.2- Responsabilidade dos provedores de conexão e aplicações e por pornografia de vingança.

3.5.3 - Conteúdo gerado por terceiros. Liberdade de expressão x exclusão. *Notice and take down* x Controle pelo Poder Judiciário.

3.6 – Guarda e acesso dos dados pessoais, dos dados armazenados e dos dados em fluxo . Tipos e formas de quebra de sigilo telemático. Marco Civil x Lei 9.296/96.

3.7 – Criptografia, armazenamento de dados e acesso aos dados pelo Estado. Mensageiros instantâneos e redes sociais.

4 – Crimes Cibernéticos – Visão Geral. Evolução. Crimes em espécie. Novos paradigmas.

4.1 – Conceito e pressupostos da Lei. Crimes Cibernéticos Próprios (puros) e Impróprios (impuros).

4.2- Crimes em espécie:

4.2.1 - Crimes contra o patrimônio e suas especificidades (Ataques *ransomware*, *phishing scam*, fraude nigeriana);

4.2.2 - Crimes contra a Honra (*Sexting*, *Revenge Porn*, *Viralização*, *Fakes*);

4.3.3 – Lei 12.737/2012 – Lei Carolina Dieckman – Análise crítica dos tipos penais.

4.3.4 – Crimes eleitorais na Internet.

4.3.5 – *Cyberbulling* e a Lei 13.185/2015

4.2.6 - Crimes contra a dignidade sexual (Modalidades de constangimento cibernético);

4.3.7 - Crimes de tráfico de drogas e afins (Redes sociais de negócios; Facções virtuais e recrutamento de soldados do crime)

4.3.8 - Divulgação de segredo - art. 153, §1º-A, CP ; Lei 8.137/90 - art. 2º, V ; Lei 9.504/97 - art. 72 ; informações - art. 313-A do CP ; Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações - art. 313-B, CP;

4.3.9 – Ciberterrorismo. Ataques cibernéticos a infraestruturas críticas.

4.3.10 – Ataques de Negação de Serviço – DDOS. Bootnets.

4.3.11 – Defacing. Invasão. Intrusão. Cibersabotagem. Ciberespionagem.

5 – Investigação de ilícitos cibernéticos. Aspectos Teóricos e práticos. Produção de prova em processos e procedimentos cibernéticos cíveis e criminais.

5.1 – Investigação em Ilícitos Cibernéticos.

5.1.1 – Requisitos e pressupostos.

5.1.2 – Identificação de sites e hospedagem. Remoção de conteúdo à luz da legislação em vigor. Treinamento prático.

5.1.3 – Fases investigativas técnicas e tradicional. Passo a passo. Treinamento prático.

5.1.4 – Estudo de casos: Redes e Mídias Sociais; Crimes Patrimoniais; Fraudes por e-mail.

5.2 – Perícia Forense Computacional.

5.3 - Interceptação telemática. Infiltração de agentes. *Man at the Middle*.

5.4 – Produção da prova para os ilícitos cíveis e ações penais privadas. Passo a passo para o advogado e a parte.

5.5 – Competência processual nos ilícitos cibernéticos. A evolução jurisprudencial.

6 –Direito do Consumidor na Internet

6.1 – Conceitos e pressupostos.

6.2 - E-Commerce. Características das relações jurídicas na internet.

6.3 - Proteção do consumidor no Marco Civil. Termos de Uso ou de Serviço

6.4- Fraudes em homebanking;

6.5 - Falhas de segurança;

6.6 - Modalidades de compras online : Leilões ; Compras coletivas ; *Crowdfunding*;
In app purchases

7 - Processo Judicial Eletrônico

7.1 - Introdução e características

7.2 - Certificação digital

7.3 - Princípios do Processo Eletrônico

7.4 - Publicidade do Processo Eletrônico

7.5 – A Lei 11.419/2006.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

→ Aulas expositivas

→ Estudo de casos práticos e jurisprudenciais.

→ Debates para exposição de pontos de vista contraditórios.

→ Utilização de recursos próprios dos meios eletrônicos

6. RECURSOS DIDÁTICOS

→ Aula expositiva.

7. AVALIAÇÃO

Ocorerá avaliação conforme as diretrizes estabelecidas pela instituição de ensino, e, principalmente frequência e participação efetiva nas aulas ministradas

8. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Ascensão, José de Oliveira. Direito da internet e da sociedade da informação : estudos. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

Corrêa, Gustavo Testa. Aspectos jurídicos da Internet. São Paulo : Saraiva, 2000.

Peck, Patrícia. Direito Digital. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010

Nogueira, Sandro D'Amato. Manual de direito eletrônico: introdução a era da certificação digital e da assinatura eletrônica. Leme/SP: BH editora, 2009. 400 p.

ISBN 978-85-88239-63-0

9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Gouvea, Sandra. O direito na era digital. 1ª edição. São Paulo: editora Mauad
Rover, Aires José. Direito e informática. Editora Manole.

Sleiman, Cristina Moraes; Peck, Patrícia. Direito Digital no dia a dia. 1ª edição. São Paulo: Saraiva.

10. BIBLIOGRAFIA ADICIONAL
